

No dia onze de agosto do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária, à Rua Uberaba, 295, 6º andar, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos conselheiros: Gilmar Xavier Lima, Presidente, Isabel Cristina da Cruz, Mauro Heleno Ladeira Oliveira, Nourival de Souza Resende Filho e Omar Pinto Domingos. A conselheira Cristina Ayer foi substituída por Murilo Froes dos Reis, seu suplente. Também presentes o Secretário Márcio Dutra, Cristina Melgaço, Alexandre Fonseca e Camila Coutinho pela SMAGP, Unidade Gestora Única do RPPS e Ivan Sant’Ana Ernandes, atuário da Atest, consultoria atuarial. Ivan Ernandes iniciou os trabalhos apresentando o Relatório dos Cálculos Atuariais dos fundos BHPREV e FUFIN, ano-base 2014, fazendo breve explanação sobre as análises realizadas pela Atest para a elaboração dos pareceres atuariais dos dois fundos. Omar Domingos pediu esclarecimentos sobre parcelas de vencimentos, sobre as quais há retenção do percentual para custeio do RPPS, e que não são integralmente incorporadas à aposentadoria, o que implica em perda para o servidor após aposentar-se, o que resultaria em resultado superavitário para os fundos. Ivan Ernandes explicou que, para o cálculo atuarial isso não leva a um superávit. Márcio Dutra esclareceu sobre parcelas incorporáveis devidas na aposentadoria e informou sobre a publicação da cartilha de informações do RPPS, com orientações sobre as regras e como requerer os benefícios previdenciários. Ressaltou que a secretaria necessita de um banco de dados com o tempo de contribuições dos servidores, o que possibilitaria informar com precisão os benefícios a conceder. Murilo Froes disse que o servidor, na maioria das vezes, não tem a informação sobre a forma de cálculo e que por isso acaba esperando se aposentar com aposentadoria integral. Isabel Cristina questionou se o servidor tem esta informação. Márcio Dutra citou a situação do servidor em cargos comissionados e a extinção do apostilamento que o RPPS está alinhando as regras previdenciárias, com o envio de Projeto de Lei à Câmara. Gilmar Xavier comentou se o PL trata de aposentadoria complementar e Márcio Dutra esclareceu que esse tema não está incluído. Ivan Ernandes prosseguiu a apresentação ressaltando sua função, de melhor embasar as análises dos conselheiros. Márcio Dutra fez breve explanação sobre o aporte do Tesouro, em 2013, frente o resultado atuarial projetado. Chamou a atenção da diferença dizendo que foi apurada uma defasagem de três anos entre a data de aquisição do tempo de aposentadoria e a data de aposentação do servidor, revista no último cálculo atuarial. Ivan Ernandes disse que o objetivo da projeção atuarial é apresentar dados ao Tesouro Municipal para a necessidade de aportes para o fundo financeiro. Omar Domingos perguntou há quanto tempo temos a série histórica desta projeção. Ivan Ernandes informou que a projeção deve ser feita para 75 anos, por exigência do MPS. Márcio Dutra complementou dizendo que o Banco Mundial, enquanto credor do Município tem buscado acompanhar os resultados previdenciários. Informou ainda que estamos enfrentando dificuldades na interpretação das normas e análise do Ministério da Previdência, que exigiu a apresentação das projeções em valor atual, o que pode vir a dificultar eventuais esclarecimentos do RPPS/BH aos órgãos de controle e credores do Município, ensejando a necessidade de revisão da forma de custeio dos RPPS’s. Ivan Ernandes apresentou os dados do fundo previdenciário. Nourival Resende questionou sobre a forma de análise e deliberações acerca das aplicações do fundo previdenciário. Márcio Dutra esclareceu que são norteadas pela Política de Investimento aprovada pelo Conselho de Administração e implementadas pela UG, com o subsídio do Comitê de Investimentos. Informou que as aplicações bateram as metas até 2012 e que, em 2014, o RPPS alterou sua meta para IPCA + 4,5%, aproximando-a do cálculo atuarial. Gilmar Xavier comentou sobre a necessidade de se repensar a responsabilidade que vem sendo transferida do Governo Federal para Estados e Municípios quanto à política previdenciária em relação à política de cargos e salários, na condução da gestão da máquina pública. Afirmou que, enquanto servidores, precisamos estar atentos e questionar sobre o custeio dos RPPS’s quanto aos níveis salariais mais altos. Márcio Dutra disse se tratar de assunto complexo e que deveríamos voltar à pauta da reunião e finalizou afirmando que o RPPS está aprofundando a questão da equalização do custeio visando o equilíbrio dos Fundos. Gilmar Xavier sugeriu que talvez a insuficiência do Fundo Financeiro pudesse ser compensada pelo superávit do Fundo Previdenciário, e Ivan Ernandes o interpelou dizendo não ser possível por negativa legal – os Fundos são independentes. Murilo Froes perguntou sobre o impacto da alta da inflação na remuneração das aplicações do fundo previdenciário, e se mesmo no cenário de remunerações negativas teremos superávit. Alexandre Dias disse que muito provavelmente teremos um ganho este ano, porém não deveremos bater a meta atuarial, em função do aumento da inflação que produzirá uma meta atuarial acima da rentabilidade dos fundos de investimentos. Ivan Ernandes prosseguiu na apresentação sobre o BHPREV. Nourival Resende comentou que os resultados do fundo previdenciário só evidenciam o quão positiva foi a sua criação, e afirmou estarmos sendo prudentes com a fixação da meta proposta. Ivan Ernandes completou dizendo que o BHPREV é um dos únicos RPPS’s que trabalham com metas e resultados tão efetivos. Gilmar Xavier perguntou se os demais RPPS’s fizeram segregação de massas. Ivan Ernandes disse que poucos fizeram e que a segregação é um dos recursos utilizados pelos RPPS’s para buscar o equilíbrio de seus fundos, apesar de sozinha não garantir o equilíbrio dos resultados. Nourival Resende pediu esclarecimento sobre a diferença entre os resultados de 2015 e 2016 e Alexandre Dias informou que 2015 considera o saldo do ano anterior. Gilmar Xavier comentou que os cálculos não têm como prever o crescimento da base de ativos do Fundo Previdenciário, por isso não seriam tão precisos. Ivan Ernandes esclareceu que, por essa razão, os cálculos consideram a base atual. Omar Domingos perguntou sobre a implantação da previdência complementar no estado de São Paulo, no que foi esclarecido por Ivan Ernandes. Justificou sua pergunta aos demais conselheiros, em função da sua observação sobre as decisões convergentes do governo federal e do estado de São Paulo sobre os regimes de previdência complementar, afirmando ser de suma importância envolver um representante nos conselhos. Márcio Dutra informou que a SMAGP tenta deixar que os sindicatos deliberem sobre as suas indicações, e que o despertar para essa e outras questões deve ocorrer com educação previdenciária e disse que o modelo da previdência complementar precisa ser intensamente discutido para ser implementado. Alexandre Dias apresentou aos conselheiros o relatório de investimentos

do RPPS. Márcio Dutra ressaltou que, além de mostrar onde se está aplicando os recursos do BHPREV, apresenta o enquadramento legal das aplicações, conforme resolução CMN 3.922/10. Omar Domingos sugeriu que o Conselho Fiscal faça uma reunião extraordinária, na véspera da reunião do Conselho de Administração, para analisar a política de investimentos, para que o Conselho Fiscal tenha acesso às premissas de investimento antes da sua aprovação pelo Conselho de Administração. Alexandre Dias esclareceu que a referida resolução é traduzida para a nossa política de investimentos, que é uma diretriz que norteia as deliberações do Comitê de Investimentos ao longo do exercício. Gilmar Xavier reforçou a competência do Conselho Fiscal de poder solicitar, sempre que julgar necessário, dados e informações para respaldar as suas avaliações. Omar Domingos complementou dizendo que as reuniões do Conselho Fiscal seriam mais dinâmicas se tivessem dados mais concretos sobre investimentos e outras variantes de impacto nas decisões do conselho, porque o atual cenário econômico traz novos desafios. Gilmar Xavier comentou que o mandato dos conselheiros é curto para o desenvolvimento de todas as responsabilidades, ressaltando a importância, por essa razão, do envolvimento do Conselho Fiscal nas atividades do Conselho de Administração. Márcio Dutra disse ser importante o Conselho Fiscal analisar a efetividade da política de investimentos do RPPS frente a execução das aplicações da UG, afirmando se tratar de um processo que está em estruturação. Antecipou a informação sobre uma das deliberações do conselho de administração, acerca da contratação de uma consultoria financeira para melhor embasar as decisões do Comitê de Investimentos. Sugeriu convidar o Conselho Fiscal para participar da reunião do Conselho Administração em setembro, quando haverá apresentação da equipe de investimentos do Banco do Brasil. Encerrou informando sobre o início do Censo Previdenciário. Alexandre Dias prosseguiu apresentando a pauta da reunião: 1) Aprovação da ata da reunião; 2) Análise do Relatório de Investimentos do segundo trimestre; 3) Análise das Receitas e Despesas do RPPS-BH 3º Bimestre de 2015; 4) Análise do Balancete Contábil do RPPS-BH 3º Bimestre de 2015; 5) Conhecimento das deliberações do Conselho de Administração. Deu sequência para o item 2 da pauta, já que a ata da vigésima reunião foi aprovada no mesmo dia de sua realização. Ao longo da apresentação, Alexandre Dias sugeriu trazer na próxima reunião o significado das siglas apontadas na coluna “Tipo Fundo”, que são os “benchmarkings” de cada fundo de investimento, apresentados no Relatório de Investimentos, para uma melhor familiarização dos conselheiros às nomenclaturas que são utilizadas pelo mercado financeiro. Em seguida, Cristina Melgaço apresentou aos conselheiros as despesas e receitas dos fundos FUFIN e BHPREV. Cristina Melgaço salientou que no relatório de despesa do BHPREV, competência maio, a despesa com Jeton estava zerada, uma vez que a liquidação foi emitida no início de junho. Nourival Resende fez a observação de que as despesas com jeton não foram demonstradas no regime de competência, e o conselheiro Mauro Heleno completou, dizendo que são trabalhadas nos termos da Lei 4.320/64, mostrando o evento da liquidação. Em seguida, Cristina Melgaço apresentou os balancetes contábeis do FUFIN e BHPREV. Alexandre Dias reforçou a ideia de apresentar os balancetes bimestrais para facilitar a análise do balanço pelos conselheiros no encerramento dos exercícios, e sugeriu aos mesmos que, se for o caso, os conselheiros realizem pequenos pareceres no decorrer do ano, após as apresentações bimestrais. Informou algumas deliberações do conselho de administração, como a situação dos imóveis do RPPS, a apresentação da proposta orçamentária dos fundos financeiro e previdenciário e da taxa de administração, e o início do Censo Previdenciário. Os trabalhos foram concluídos, ficando a aprovação dos assuntos tratados nesta ata para a próxima reunião. Nada mais a ser tratado, eu, Camila Mariana Coutinho/BM: 81.476-1, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes na ocasião. Belo Horizonte, 11 de agosto de 2015.

---

Gilmar Xavier Lima

---

Murilo Froes dos Reis

---

Mauro Heleno Ladeira Oliveira

---

Nourival de Souza Resende Filho

---

Omar Pinto Domingos

---

Isabel Cristina da Cruz